



FACULDADE FASIPE RONDONÓPOLIS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

KESIA DA SILVA BORGES

**PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL EM
COOPERATIVA DE CRÉDITO**

**RONDONÓPOLIS-MT
2023**

KESIA DA SILVA BORGES

**PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL EM
COOPERATIVA DE CRÉDITO**

Monografia apresentada à Banca Avaliadora do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade Fasipe Rondonópolis, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a. Esp. Ione Inverso Pereira.

**RONDONÓPOLIS/MT
2023**

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Kesia da Silva Borges, portadora do RG 937 809 expedido em 28/01/1992 pela SSP/MT, inscrito no CPF /MF sob nº 621.178.581-04 declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que o trabalho que versa sobre Proposta de implantação do balanço social em cooperativa de crédito, é de minha autoria, estando a faculdade Fasipe Rondonópolis/MT autorizada a divulgá-lo, mantendo cópia em biblioteca, sem ônus referente a direitos autorais, por se tratar de exigência parcial para certificação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Igualmente, declaro que sou responsável pelas informações contidas em meu texto e que quando utilizei passagens de escritos de outros autores fiz a devida referência conforme indicam as normas da ABNT, não me apropriando dessa forma, indevidamente de ideias nem de textos de outros escritores.

Kesia da Silva Borges

Rondonópolis – MT 27 de junho de 2023.

TERMO DE APROVAÇÃO

Kesia da Silva Borges

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL EM COOPERATIVA DE CRÉDITO

Monografia apresentada à Banca Avaliadora do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade FASIPE Rondonópolis, aprovada em 27/06/2023, com nota _____ pela seguinte Banca Examinadora.

Prof.^a. Esp. Ione Inverso Pereira
Orientadora

Prof. Me. Luciano Rocha Passos
Membro

Prof. Me. Amauri Gonçalves de Oliveira
Membro

RONDONÓPOLIS / MT 2023

Dedico este trabalho à minha filha amada,
minha princesa Keren Rodrigues da Silva
Borges pela sua compreensão e paciência. Amo
você filha!

AGRADECIMENTOS

À Deus, que é Soberano sobre todas as coisas.

Aos meus pais Lauriano Batista Borges e Ruth Pedroso da Silva, que me geraram e me criaram para hoje eu pudesse estar concluindo mais esta etapa acadêmica.

À Prof.^a. Esp. Ione Inverso, que me orientou com muito carinho e objetividade para obter êxito neste trabalho.

Ao Coordenador Msc. Luciano Rocha Passos, que mesmo diante de uma pandemia, não desistiu de lutar pelo curso de Ciências Contábeis.

Aos demais professores, que transmitiram seus conhecimentos e contribuíram para minha formação.

Às minhas irmãs Kedma da Silva Borges Santa Brígida e Kenia da Silva Borges Pivante que sempre torceram por mim.

À minha filha Keren Rodrigues da Silva Borges que ainda pequena, renunciou à presença de sua mãe em casa todas as noites durante estes anos.

Ao meu amado esposo José Rodrigues da Silva Filho, sempre me apoiando e cuidando com muito amor e carinho, não tenho palavras para expressar a minha gratidão, obrigada por me amar e me apoiar sempre. Te amo!

RESUMO

A contabilidade, como responsável pela apresentação dos dados, tem um grande desafio de colocar à disposição de seus usuários informações que retratem as relações das empresas com a sociedade. Um instrumento capaz de evidenciar tanto os aspectos econômicos, quanto os sociais é o Balanço Social, inovando o enfoque utilizado, se constituindo em um dos mais ricos demonstrativos para conferência dessas relações. Dessa forma, o principal objetivo deste estudo foi elaborar uma proposta de Balanço Social para Cooperativas de Crédito. Foi utilizado para este trabalho uma pesquisa bibliográfica, analisando as propostas e estudos aplicados em empresas e em instituições financeiras cooperativas. Por ser uma essência do cooperativismo, a proposta foi direcionada para Cooperativa de Crédito, propondo um modelo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Após a pandemia do Covid 19, a sociedade e as organizações despertaram para o lado social e ambiental, sem deixar a governança de fora. Isto reflete em ações geradas cada vez mais voltadas para o ser humano, pelas pessoas. A proposta de implantar o balanço social na cooperativa de crédito, expressará à sociedade as ações realizadas pela cooperativa, zelando pela transparência com os seus donos/sócios e com a comunidade de sua área de atuação.

Palavras-chave: Balanço social. Cooperativismo. Responsabilidade social.

ABSTRACT

Accounting, as responsible for the presentation of data, has a great challenge of making available to its users' information that portrays the relations of companies with society. An instrument capable of evidencing both economic and social aspects is the Social Balance, innovating the approach used, constituting one of the richest demonstratives for the conference of these relations. Thus, the main objective of this study was to elaborate a proposal for a Social Balance for the Credit Union. Bibliographic research was used for this work, analyzing the proposals and studies applied in companies and cooperative financial institutions. Because it is an essence of cooperativism, the proposal was directed to Credit Union, proposing a model used by the Brazilian Institute of Social and Economic Analysis (Ibase). After the Covid 19 pandemic, society and organizations have awakened to the social and environmental side, without leaving governance out. This is reflected in actions generated more and more focused on the human being, by people. The proposal to implement the social balance in the credit union, will express to society the actions carried out by the cooperative, ensuring transparency with its owners/members and with the community of its area of operation.

Keywords: Social balance. Cooperativism. Responsibility Social.

1. INTRODUÇÃO

A utilização do Balanço Social como instrumento de explicação e divulgação das ações organizacionais vem ao encontro da realidade brasileira, pois no Brasil a desigualdade social cresce junto com o próprio desenvolvimento do país.

Há enormes discrepâncias em todos os sentidos, entre os que têm muito e os que têm pouco ou praticamente nada. Como a grande maioria da população é composta por pessoas menos favorecidas, esta maioria representa uma fatia importantíssima do mercado consumidor e mantêm um número também expressivo de empreendimentos em atividade.

Reconhecendo a importância de se valorizar cada vez mais as iniciativas voltadas para melhoria das condições de vida do ser humano no Planeta, as empresas estão cada vez mais utilizando o Balanço Social como ferramenta de publicar suas demonstrações econômico-financeiras e externar o conteúdo social no qual estão envolvidas. Começam a reconhecer o real significado de refletir sobre as condições de inserção nas comunidades onde atuam e a utilizar parâmetros para medir a posição em que se encontram.

O Balanço Social não é apenas um meio de gerar publicidade para empresa, é um meio de demonstrar ao público em geral que a empresa se preocupa com o bem-estar de seus funcionários e valoriza suas relações com os colaboradores e com a comunidade em geral.

Cada empresa possui o seu modelo de Balanço Social e todas devem dedicar esforços à análise dos avanços individuais e ao desenvolvimento de estudos, aperfeiçoando as técnicas de avaliação na área social.

Não é uma obrigação legal a publicação desse modelo de Balanço, representando atualmente, um instrumento interno da empresa e são necessários no mínimo dois Balanços para que se possa determinar se há possibilidade de divulgação do instrumento, não sendo recomendável que as empresas publiquem pela primeira vez o seu Balanço Social, sem antes efetuar as devidas análises.

O primeiro passo para iniciar o plano social é querer fazer, ter vontade e criatividade para conseguir alcançar as metas que vão além dos benefícios econômicos.

Em total sintonia com as premissas do Balanço Social, são encontrados o Associativismo e as suas diferentes formas de atuação, e dentre elas, o Cooperativismo, enquadramento jurídico da unidade organizacional deste trabalho.

Percebe-se que as cooperativas como empresas democráticas por excelência, seria natural defender a ideia de que só ela tem a ganhar com a inclusão de novos parceiros sociais e de instrumentos de transparência para gestão em seus processos decisórios, pois um diálogo

mais participativo, não apenas representaria uma mudança de comportamento da cooperativa, mas também significaria uma oportunidade de maior reconhecimento social.

Objetivamente, o presente trabalho tem por finalidade a proposta de estruturação do Balanço Social de uma cooperativa de crédito, a partir dos dados sociais e econômicos apresentados pela cooperativa através de suas demonstrações e prestação de contas anuais.

1.1 Justificativa

A contabilidade social contribui com elementos de caráter qualitativo que ajudam a orientar corretamente os administradores e empresários no manejo, fortalecimento e progresso do fator humano. As empresas como importantes membros da sociedade, são responsáveis por ajudar e melhorar o bem-estar da sociedade como um todo.

No Balanço Social consta algumas evidências como: perfil de idade, sexo, formação escolar, estado civil, tempo de trabalho na empresa, remuneração e benefícios concedidos, salários, auxílio alimentação, educação, saúde, transporte, gastos com treinamento, dentre outros aspectos de igual importância para a qualidade de vida dos trabalhadores.

A escolha do tema Balanço Social, tem como ambiente de pesquisa a cooperativa que une dois universos de igual importância o econômico e o social. Nele, pode-se demonstrar as reais preocupações da Instituição de forma com seu público interno e externo com uma proposta consciente e determinada de proporcionar a maior dignidade possível nos cuidados com a vida das pessoas e especialmente para a comunidade em que está inserida.

1.2 Problemática

Responsabilidade Social consiste em ações voltadas para a geração de emprego e renda para as pessoas, proporcionando trabalho e benefícios diversos para os colaboradores nas mais diversas organizações. Muitas empresas usam a Responsabilidade Social como estratégia organizacional, inserindo planejamento de longo prazo na expectativa de propiciar o bem-estar para a sociedade em que se insere não como uma forma de fazer caridade, mas oferecendo meios dignos de realização para as pessoas.

O Balanço Social vem como instrumento de explicação dessas ações implantadas pelas empresas na preocupação de retribuir de alguma maneira, a oportunidade de se manter e na melhor das hipóteses, crescer na comunidade onde atua. Constitui-se, portanto, num documento

publicado anualmente e que reúne informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa em benefício social e humano.

Este relatório, estabelece a relação entre colaborador e entidade para qual trabalha, Instituição Financeira e comunidade local. Para se fazer uma análise mais profunda, é necessário que se coloque em prática a elaboração do Balanço Social anual, destacando os serviços sociais feitos para comunidade bem como as ações voltadas para o quadro de colaboradores.

Com base na problematização acima, destaca-se a seguinte questão de pesquisa: há algum modelo de balanço social aplicável às Cooperativas de Crédito Singulares.

1.3 Hipóteses

Os investimentos registrados contabilmente nas rubricas pertencentes as Demonstrações Contábeis, contêm informações suficientes para se confirmar à relevância dada aos aspectos sociais na gestão da organização em estudo.

1.4 Objetivos

Pretende-se com esta monografia apresentar os seguintes objetivos.

1.4.1 Geral

Apresentar uma proposta de implantação do Balanço Social, demonstrando um norteador para ações executadas pelas Cooperativas de Crédito Singulares. Desta forma suas ações sociais serão demonstradas com maior transparência aos seus cooperados.

1.4.2 Específicos

- a) Demonstrar os aspectos quantitativos e qualitativos que envolvem o Balanço Social.
- b) Compreender os indicadores que compõem o Balanço Social.
- c) Propor um modelo de Balanço Social para Cooperativas de Crédito.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentados os aspectos de cooperativismo abrangendo desde a sua história às organizações cooperativas. Traz um resumo sobre ESG – Ambiente, Social e Governança Corporativa e a Responsabilidade Social nas empresas com o conceito de balanço social e proposta de modelo a ser utilizado na proposta de implantação.

2.1 Cooperativismo

Não está pautado somente em um modelo de negócio, é uma filosofia de vida que visa transformar o mundo em um lugar melhor, mais justo, feliz e equilibrado onde todos têm oportunidades. Este estilo de ser mostra um caminho onde é possível unir desenvolvimento econômico e social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

Não existe cooperativismo sem o compartilhamento de ideias. Ser cooperativista é acreditar que ninguém perde quando todos mundo ganha, é buscar benefícios próprios enquanto contribui para o todo, é se basear em valores de solidariedade, responsabilidade, democracia e igualdade. O cooperativismo tem um jeito único de trabalhar. (OCB, 2023.)

Começa com pessoas que juntam em prol de um mesmo objetivo, e nestes todos são donos do seu negócio. Um ciclo que traz ganhos para pessoas, para o país e para o planeta.

Os conceitos que dão identidade ao cooperativismo são: Cooperação – Visa valorizar as pessoas, é uma relação de trabalho e renda. Transformação – Gerar impacto na comunidade, espalhar sonhos e mostrar que é possível alcançar se deixar ninguém de fora. Equilíbrio – Acreditar que é possível ter todos do mesmo lado, o foco econômico e social, produtividade e a sustentabilidade.

2.1.1 Histórias do cooperativismo

Começou no ano de 1844, em Rochdale – Manchester, no interior da Inglaterra. Um grupo de 28 trabalhadores (27 homens e uma mulher) sem conseguir comprar o básico para sobreviver, se uniu para montar o seu próprio armazém.

A proposta era simples, mas engenhosa: comprar alimentos em grande quantidade, para conseguir preços melhores. Tudo o que fosse adquirido seria dividido igualmente entre o grupo. Nascia, então, a “Sociedade dos Probos de Rochdale” — primeira cooperativa moderna, que abriu as portas pautadas por valores e princípios morais considerados, até hoje, a base do cooperativismo. Entre eles a honestidade, a solidariedade, a equidade e a transparência. (OCB, 2023.)

Este movimento, vindo da ideia dos 28 pioneiros prosperou, e quatro anos após sua criação, a cooperativa já contava com 140 membros.

No Brasil, desde a época da colonização portuguesa, a cooperação é estimulada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus. Teve início em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos funcionários Públicos de Ouro Preto com o foco no consumo de produtos agrícolas.

Em 1902, o padre suíço Theodor Amstad fundou a primeira cooperativa de crédito do Brasil: a Sicredi Pioneira, que continua até hoje em atividade. Com sede em Nova Petrópolis (RS), a cooperativa foi a solução encontrada por Amstad para melhorar as vidas dos moradores do município, que até então não contava com nenhum banco.

Em 1938 surgiu a primeira cooperativa de trabalho no Brasil, a Cooperativa dos Carregadores e Transportes de Bagagens do Porto de Santos / SP. Em 1960 surgiram às cooperativas de crédito rural e a partir da década de 1960 surgiram diversas cooperativas no Brasil. O cooperativismo ganhou sua própria entidade de representação em dois de dezembro de 1969, dia este que foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e no ano seguinte, a entidade foi registrada em cartório.

Após dois anos surgiu a Lei 5.764/71 que disciplinou a criação de cooperativas com a instituição de um regime jurídico próprio, destacando o papel de representação da OCB, mas trazendo ainda alguns pontos que restringiam, em parte, a autonomia dos associados. Essa limitação foi superada pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início efetivamente à autogestão do cooperativismo.

2.1.2 Sete princípios do cooperativismo

A Lei nº. 5.764/71 em seu art. 4º define as cooperativas da seguinte forma: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características”.

Para guiar os cooperativistas ao redor de todo o mundo, foram estabelecidos os sete princípios do cooperativismo. São os mesmos desde que foi fundada a primeira cooperativa da história, em 1844. O Sistema OCB, 2023 demonstra quais são eles:

1) Adesão voluntária e livre – As cooperativas são organizações abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

2) Gestão democrática - As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões e os representantes oficiais são eleitos por todo grupo.

3) Participação econômica dos membros - Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa.

4) Autonomia e Independência - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrem a capital externo, devem fazê-los em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros.

5) Educação, Formação e Informação - Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferece informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e vantagens do cooperativismo.

6) Intercooperação - As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7) Interesse pela comunidade - Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros.

Constata-se que as cooperativas são estruturas flexíveis ao mesmo tempo rígidas no que tange regras de convivência social e produtiva. Flexível por facilitar a forma de adesão aos novos associados sem discriminação e rígida no aspecto aziendal, pois segue regras coletivas e estatutárias, cada sócio possui oportunidade de votar nas assembleias, tendo o seu voto o mesmo peso decisório sem distinção do número de quotas que possui.

2.1.3 Classificação das cooperativas

As cooperativas variam de acordo com a dimensão e os objetivos da organização. Conheça as formas de classificação.

Em primeiro grau são as Cooperativas Singulares. Uma cooperativa para pessoas. Ela tem o objetivo de prestar serviços diretos aos cooperados, ser formada por no mínimo 20

peças e pode admitir peças jurídicas que não atuam no mesmo campo econômico da cooperativa.

Em segundo grau são as Centrais ou Federações, uma cooperativa para cooperativas. Seu objetivo é organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização delas. É constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares.

E em terceiro grau, a Confederação, uma cooperativa para federações. Assim como as cooperativas de 2º grau, têm o objetivo de organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas. A diferença é que as confederações são formadas por, no mínimo, três cooperativas centrais ou federações de qualquer ramo.

Para complementar, a autora Yong (2004, p. 19) faz suas considerações:

Confederações de cooperativas: as constituídas, pelo menos, de 03 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades. Os associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão inscritos de matrícula da sociedade e classificados em grupos visando à transformação, no futuro, em cooperativas singulares que a elas se filiarão.

Dessa maneira, basta utilizar a criatividade, ter ousadia e visão de futuro, estudar a viabilidade e, principalmente, constituir a cooperativa com associados que acreditem neste tipo de empreendimento. É o caso das privatizações e serviços terceirizados: criam oportunidades favoráveis para a constituição de cooperativas. Quanto o objeto classificou as cooperativas em:

- a) Cooperativas de consumo: tem a finalidade a aquisição de produtos como roupas e alimentos para associados, evitando intermediários, o que resulta em menor preço.
- b) Cooperativas de produção: cooperativas de produção agrícola e industrial que se organizam entre os produtores agrícolas ou criadores, auxiliando a todos o alcance de recursos.
- c) Cooperativas de crédito: cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimento dos seus associados.
- d) Cooperativas de transporte: cooperativas que atuam no transporte de cargas e de passageiros.
- e) Cooperativa de trabalho: cooperativa de trabalhadores de qualquer categoria profissional, para prestar serviços, organizados num empreendimento próprio.
- f) Cooperativas agropecuárias: cooperativas que objetivam a compra em comum de insumos, venda em comum da produção dos cooperados, prestação de assistência técnica, armazenamento e industrialização.
- g) Cooperativas médicas: as cooperativas médicas ou de saúde objetivam a reunião de profissionais e usuários de saúde para prestação de serviços a um custo menor com o objetivo

à preservação e recuperação da saúde humana”. As cooperativas abrangem médicos, psicólogos, odontólogos e pessoal afim, desse bem como os usuários desses serviços.

2.1.4 Cooperativas de crédito

Estas Cooperativas, consistem em facilitar a vida financeira de seus associados quando estes procuram apoio para atender as suas necessidades de capital financeiro.

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. (BCB, 2023).

Elas têm como objetivo a conformidade com a Lei 5.764/71 que poderá adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-lhes o direito exclusivo e exigindo a obrigação do uso da expressão COOPERATIVA em sua denominação, sendo vedado o uso da expressão banco.

Por terem limitações perante o BACEN (Banco Central do Brasil), como exemplo o recebimento de alguns convênios como recursos repassados pelo próprio governo, que são estendidos apenas aos bancos, as cooperativas possuem um Banco.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.788/2000 autorizou a constituição de bancos cooperativos mediante controle acionário de cooperativas centrais. Eles atuam com o objetivo de possibilitar o acesso aos produtos e serviços bancários não disponíveis às cooperativas de crédito, tais como acesso à câmara de compensação de cheques, aos créditos oficiais, à reserva bancária e ao mercado interfinanceiro. Os bancos cooperativos subordinam-se à legislação e à regulamentação aplicáveis aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos em geral. (BCB, 2023).

Os bancos cooperativos são bancos comerciais com carteira comercial controlados por cooperativas de crédito que devem deter no mínimo 51% das ações com direito a voto. Devem constar obrigatoriamente em sua denominação a expressão “Banco Cooperativo”. A constituição e o funcionamento destes bancos cooperativos são subordinados a legislação e a regulamentação em vigor aplicável aos bancos comerciais em geral.

Adicionalmente, as cooperativas de crédito são instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Por esta razão seu funcionamento é definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas operações fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, que para tanto emite atos normativos necessários.

2.2 Organização das Cooperativas Brasileiras

Foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. A entidade veio substituir a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (UNASCO). A unificação foi uma decisão das próprias cooperativas.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é o órgão máximo de representação das cooperativas no país. Entre suas atribuições, a OCB é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais.

A OCB em seu site na internet apresenta dados estatísticos com a quantidade de cooperativas no Brasil, por ramo, além de indicar o número de cooperados e de empregados.

2.3 Ambiente, Social e Governança Corporativa

Cada vez mais, este tema é alvo de preocupação das organizações. Há uma demanda crescente por práticas sustentáveis vindo de investidores, colaboradores, consumidores e associados. Ganhou bastante força e vem mudando o olhar das empresas com o que é esperado pelo mercado e o conceito utilizado como uma métrica para avaliar o desempenho das empresas e obter dados mais comparativos com relação aos indicadores de cada pilar ESG.

A sigla ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*) que em português significa ambiente, social e governança corporativa.

Com a pandemia (Covid 19), a preocupação com o meio ambiente, o social e governança vem se tornando protagonista no planejamento estratégico de diversos setores da economia e as empresas que possuem estes indicadores fortes apresentam um desempenho melhor em comparativo as demais.

Para as cooperativas, não é um conceito novo, desde muito antes de existir o termo, o modelo cooperativista já é praticado com ideias de sustentabilidade, econômico e social.

O ESG no cooperativismo é exercido por meio de economia solidária, participação econômica dos membros, preocupação com o desenvolvimento das comunidades e colaboração entre associados.

Levando em consideração o caráter social das medidas ESG, as cooperativas de crédito se destacam em relação às iniciativas de educação financeira para a comunidade. Dessa forma, as ações sociais mais praticadas pelas cooperativas de crédito, segundo seus dirigentes são: Educação financeira para a comunidade local, Inclusão financeira para pequenos negócios, Programa de diversidade e inclusão nos

processos de contratação de funcionários, Inclusão digital para a comunidade local. (BEZERRA, 2022).

No cooperativismo, o econômico e o social caminham juntos, isto é demonstrado pelos dois pinheiros, que é o Símbolo Universal do Cooperativismo. Destaca-se das demais instituições financeiras, os serviços prestados à comunidade.

Destaca-se das demais instituições financeiras, os serviços prestados à comunidade. Falar de economia é algo que quase não se aplica o que deveria constar na grade curricular desde o ensino fundamental nas escolas. Com isto, a educação financeira é ofertada de forma gratuita para o público em geral, associado e não associados; além dos outros investimentos na parte social.

Este assunto é tão relevante que a ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais), em janeiro de 2022 passou a exigir que as instituições financeiras identifiquem em seus fundos de investimentos com objetivo/mandato de investimento 100% sustentável. Eles levam o sufixo IS (Investimento Sustentável) no nome e nenhum investimento pode comprometê-lo. O código princípios e regras para as atividades relacionadas à administração de recursos, como administração fiduciária e gestão de recursos de terceiros em veículos de investimento.

Embora o ESG traga resultados muito positivos, aplicar os pilares ainda é um grande desafio para grande parte das empresas. Já existe o movimento de mudança, mas assim como aconteceu com a transformação digital, é preciso um período de adaptação.

2.4 Organizações Sociais

As organizações são formadas por pessoas, máquinas, equipamentos, recursos financeiros e de outros gêneros. Têm como objetivo trabalhar em conjunto buscando sempre a qualidade, bom desempenho e resultados positivos para os envolvidos. Normalmente possuem uma estrutura hierárquica bem definida e valorizam o nível de autoridade de cada colaborador a desempenhar suas funções.

Definindo, organização é a forma como se dispõe um sistema para atingir os resultados pretendidos. Normalmente é formado por uma, duas ou mais pessoas que executam funções de modo controlado e coordenado com a missão de atingir um objetivo em comum com eficácia.

Elas surgiram para que as pessoas colaborassem umas com as outras no crescimento econômico e financeiro desejável, deixando de lado o individualismo, transformando-se a partir da coletividade das informações no surgimento de ideias, conquistas, habilidades e críticas

construtivas para o crescimento e avaliação das estruturas. Conforme Chiavenato (2000, p. 26) “as organizações permitem satisfazer diferentes tipos de necessidade dos indivíduos: emocionais, espirituais, intelectuais, econômicas etc.”

Uma empresa se eleva no âmbito dos negócios quando tem seus colaboradores diretamente ligados aos objetivos sociais. Estes ganham ao desenvolver uma relação humana através do trabalho e a comunidade também ganha ao contar com a criatividade e o compromisso da resolução dos problemas sociais que enfrentam no cotidiano.

Ao escrever sobre as transformações ocorridas pelas organizações atuais, Motta explica que:

A história da organização do trabalho, como a vida social, é, em essência, a história da mudança. São raros os relatos sobre a vida humana e teorias sociais e organizacionais que não tratam de transformações. Embora seja um tema comum, a mudança continua a receber atenção, sendo analisada com mais profundidade. Possivelmente, essa preocupação se aguça pela transição do milênio, quando se imagina o início de um determinado ciclo, e provoca a reflexão mais atenta sobre conquistas passadas e promessas do futuro. As pessoas atribuem um significado mais dramático para os eventos que presenciam ou que imaginam vir a ocorrer; já anunciam qualquer mudança como de grande impacto ou mesmo revolucionária (MOTTA, 2001, p. 2).

Nas inúmeras transformações que vêm ocorrendo no cenário brasileiro, seja ela de ordem econômica, política, social ou cultural e que envolvem o aparecimento de novos modelos de relações entre instituições e mercados, organizações e sociedades, verifica-se a aproximação dos interesses das empresas e da sociedade resultando em esforços para o atendimento dos objetivos compartilhados. Através das transformações econômicas e sociais, surgem os modelos de organizações preocupadas com a elevação do padrão de qualidade de vida de suas comunidades.

Atualmente, as empresas estão passando por inúmeras mudanças em toda estrutura social e organizacional e, embora elas busquem como objetivo a lucratividade ou resultados positivos para permanência no mercado estão cientes de que o trabalho desenvolvido como o foco no social, deve ser valorizado em toda a sua essência. Estão atentas para uma visão mais evoluída em todos os sentidos, pois, não foram somente os avanços tecnológicos e os computadores que agilizaram a produção nas empresas, foi também a busca por conhecimentos e pesquisas para uma evolução humana, que caminha ao lado das estruturas organizacionais, procurando uma nova forma de desenvolver atividades profissionais que não destruam a qualidade de vida dos colaboradores.

2.5 O Papel da Contabilidade nas Organizações

A contabilidade estuda o patrimônio da pessoa física ou jurídica, para controle e avaliação patrimonial. O patrimônio de uma entidade é definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física, ao conjunto de pessoas ou a uma sociedade ou ainda uma instituição, que pode ou não, visar lucro.

De acordo com Gonçalves, contabilidade é a ciência que tem por objeto o estudo do patrimônio a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatores que afetam a situação patrimonial de uma pessoa. (GONÇALVES, 2004, p. 23).

Através do estudo do patrimônio é possível coletar dados para analisar todo patrimônio de pessoas ou empresas, informando assim, as medidas e orientando na tomada de decisão, pois a contabilidade utiliza métodos quantitativos como fundamental ferramenta.

Contabilidade é uma ciência social, pois a ação humana modifica o patrimônio e transforma a cada momento atos e fatos que alteram a situação patrimonial. No aspecto qualitativo do patrimônio, a natureza é um dos elementos que o compõe, como dinheiro, valores a receber ou a pagar, estoques materiais ou de mercadorias, dentre outras de igual importância. Portanto para contabilidade possui objeto próprio - O patrimônio das entidades – consiste em conhecimentos obtidos por metodologia racional, com as condições de generalidade, tendo a certeza e a busca de causas, em nível qualitativo semelhante às demais ciências sociais.

Quanto ao patrimônio, este também é objeto de outras ciências sociais como, Economia, Administração e Direito. Ambos estudam os seus aspectos quantitativos e qualitativos. A contabilidade busca principalmente aprender o sentido mais amplo possível e de entender as mutações sofridas pelo Patrimônio, dando atenção as possíveis variações.

2.6 Contabilidade Social

Durante muito tempo, o usuário principal da Contabilidade foi o proprietário da empresa, sendo o gestor individual do seu negócio. Com o crescimento e o desenvolvimento das organizações, surgiram credores que se tornaram parceiros dos negócios e passaram a fazer exigências quanto às informações contábeis.

São muitos os benefícios dados pela Contabilidade Social e a ideia é fazer com que as empresas se unam a ela, para que a Contabilidade Social consiga sua efetivação e êxito. Isto é possível se a organização adotar uma gestão participativa, comprometida com todas as pessoas que formam a organização. A contabilidade social é responsabilidade de todos e parte

fundamental na organização e pode ser ramificada em Contabilidade Ambiental, a Contabilidade de Recursos Humanos e a informação de caráter ético.

Definindo a Contabilidade Social Rossetti escreve:

É definida como uma técnica, similar às dos sistemas convencionais de contabilidade, que se propõe a apresentar uma síntese de informações, cifradas em unidade monetárias, sobre os vários tipos de transações econômicas que se verificaram, em determinado período, entre os diversos setores e agentes do sistema econômico de um país. (ROSSETTI, 1992, p.18).

Portanto, a contabilidade social constitui-se num relatório macroeconômico, que destaca a estrutura e os resultados globais da economia, utilizando-se de dados que demonstram o crescimento real, a tendência e a constituição setorial da economia nacional, as realizações dos setores públicos, a poupança interna e a distribuição de renda entre os diversos setores produtivos.

Ela ajuda a orientar os administradores no manejo, fortalecimento e progresso do fator humano. As entidades devem desenvolver sistemas de informação que contenha aspectos sócios de forma clara e estruturada, pois a Contabilidade Social se sustenta nas necessidades de prover mensagens enfocadas na gestão social, que busca satisfazer as necessidades dos trabalhadores e melhorar o nível de vida das pessoas.

2.7 Responsabilidade Social nas Organizações

Há uma exigência no mercado de que as empresas sejam responsáveis pelo bem-estar da comunidade em geral, no entanto, os colaboradores e a sociedade participam do dia a dia da empresa e reivindicam uma atenção redobrada as suas necessidades pessoais e profissionais.

Uma empresa pode ter diferentes posturas diante de decisões a serem tomadas e discutidas pelos empreendedores, ou seja, pode atender as necessidades e reivindicações de seus funcionários, mas por outro lado, pode praticar fraudes no faturamento da empresa, prejudicando os interesses da coletividade. (DUARTE, 1986, p.61).

Para um melhor entendimento a respeito do que vem a ser a Responsabilidade Social, Chiavenato (2000, p. 594) a define da seguinte forma:

Responsabilidade Social significa a atuação responsável socialmente dos seus membros, as atividades de beneficência e os compromissos da organização com a sociedade em geral e de forma mais intensa com aqueles grupos ou parte da sociedade com a qual está mais em contato: com o seu ambiente de tarefa.

Com a participação dos membros da organização e comprometimento de seus colaboradores, a empresa poderá planejar e criar estratégias organizacionais com intuito de satisfazer as necessidades da sociedade em geral. As empresas precisam valorizar mais o

trabalho humano, o meio ambiente, dentre outras questões de relevância social, pois com essa visão de mercado a empresa passará a agregar importante valor a sua própria marca, resgatando os princípios éticos e morais, sendo os principais fatores para o sucesso mercadológico.

Assumir a responsabilidade social demonstra o pensamento consciente do gestor que almeja construir uma sociedade mais digna e mais fortalecida, enfrentando os problemas da coletividade juntamente com o Estado para a construção de uma sociedade mais democrática e menos desigual, mais humana e menos injusta. Para ser socialmente responsável, é preciso em primeiro lugar respeitar o outro, pois quem agride o meio ambiente e não valorizam os seus colaboradores e a comunidade em geral, não tem direito de se sentir socialmente responsável.

A responsabilidade social não se restringe ao relacionamento com os consumidores, mas engloba todos os públicos e a própria sociedade. No entanto, enquanto estiver vinculada ao processo de gestão, deverá estar associada a uma filosofia de negócios que contemple aspectos ligados à relação comercial e financeira da empresa.

É uma nova maneira de conduzir os negócios da organização, tornando-a parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social, associando as preocupações com os acionistas, colaboradores, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente. As empresas podem desenvolver projetos em diversas áreas, com os mais diversos públicos e de diversas formas, que a responsabilidade social não se esgotará, pois sempre há algo a se fazer para a sociedade em geral, sendo um processo educativo que evolui com o tempo e dedicação dos seus empreendedores.

Quanto mais o consumidor estiver informado e atualizado, poderá exigir produtos e serviços de qualidade, reivindicando o cumprimento das responsabilidades das empresas para o seu desenvolvimento. E por falar em instituições filantrópicas, muitas empresas têm investido na prática de causas sociais de acordo com o ramo que atua, passando a ter elementos para avaliação crítica e a mensuração dos resultados de projetos realizados. Com isso, as entidades beneficiadas são obrigadas a demonstrar o que conseguiram alcançar.

Colaboradores devem ser estimulados para a participação de projetos sociais em prol das entidades, sendo voluntários para o desenvolvimento de projetos voltados à comunidade, a empresa só tem a ganhar pois, com os colaboradores envolvidos em processo sociais, a credibilidade da empresa se eleva com surpreendentes resultados. Segundo Karkotlti (2006, p. 45) “As organizações devem exercer a responsabilidade social em seu interior (dando suporte aos seus funcionários, oferecendo aos mesmos, melhorias na qualidade de vida) e no seu exterior proporcionando melhorias à comunidade.”.

O ser humano não é apenas uma ferramenta fundamental para sociedade, ele constitui o alicerce de qualquer organização (com ou sem fins lucrativos), que buscam na produção de bens e serviços de consumo, a conquista de um complexo e exigente mercado. O colaborador é fortalecimento de toda a organização, sendo que a produtividade depende necessariamente das atividades humanas desenvolvidas na produção de bens e serviços da empresa.

Para ter sucesso, uma empresa depende das pessoas que nela trabalham. O resultado positivo de uma organização é muito importante, mas, não é a única coisa para se preocupar, pois é imprescindível que haja satisfação dos seus colaboradores, clientes e a comunidade.

Motivações e esforços que a empresa dedica aos funcionários são de grande importância, pois os resultados dependem cada vez mais das pessoas. A sociedade exige cada dia mais das organizações, maior clareza na gestão de suas ações para que possam ser responsabilizados pelos seus atos caso não realize o seu papel de entidade e sociedade.

2.8 Balanço Social

A ideia do Balanço Social nasceu da responsabilidade social nas organizações, com o objetivo de analisar a situação da empresa e auxiliar na tomada de decisões de seis gestores. Pode-se dizer que o Balanço Social é a união de informações das atividades na empresa, dirigida por seus colaboradores e a comunidade onde está inserida, construiu-se o termo qualidade para aqueles que o adotarem.

Conforme Chiavenato (2000 p. 595) “O Balanço Social surge, pois, como um instrumento para delimitar e definir a responsabilidade social da organização.”.

Algumas empresas procuram delimitar e definir a responsabilidade social que a seguirá, sejam elas: clientes ou usuários, comunidade em geral e ambiental. Lembrando que todas são de extrema importância para a empresa, quanto maior a responsabilidade social da empresa, maior será o seu crescimento no mercado, tornando-se um instrumento de avaliação empresarial.

Entretanto, a sociedade precisa das empresas e, conseqüentemente, as empresas precisam da sociedade para que o país se desenvolva, contudo, as empresas precisam mais da sociedade, pois é difícil uma empresa permanecer no mercado por muito tempo se não tiver o consentimento da comunidade onde se insere. São orientadas para a apresentação do Balanço Social, mas nem todas praticam o que é necessário para o seu desenvolvimento interno e externo. Além disso ampliam-se as tendências de reconhecimento, por parte dos organismos e entidades profissionais na instituição de prêmios voltados ao mérito social.

Como primeira tarefa da contabilidade para uma adequada formação de dados para a elaboração do Balanço Social, é ajustar o plano de contas da Entidade. Além das contas normais e tradicionais, incluem-se no plano de contas, os títulos relacionados aos gastos sociais. Elaboramos de maneira simples, os Balanços Sociais podem ser preenchidos com facilidade por meio eletrônico ou impresso.

Para melhor compreender o Balanço Social, onde Kroetz relata:

O Balanço Social representa a demonstração dos gastos e das influências (favoráveis e desfavoráveis) recebidas e transmitidas pelas entidades, na promoção humana, social e ecológica e os efeitos dessa interação são dirigidos aos gestores, aos empregados e à comunidade, no espaço temporal passado/presente/futuro. (KROETZ, 2000, p.136).

Cada vez mais a discussão sobre o papel das empresas como agentes sociais no processo de desenvolvimento. Torna-se fundamental que as empresas assumam o papel responsável pelo bem-estar de seus colaboradores.

Em muitos casos o Balanço Social acaba mostrando os aspectos negativos em empresas socialmente irresponsáveis que tentam adotá-lo. Muitas vezes os administradores ficam com receio de divulgar informações que demonstram fraquezas organizacionais, pois cabe ao administrador diagnosticar cada evento e procurar solucionar ou prevenir ocorrências que tragam insatisfação.

O Balanço Social vem de encontro com a responsabilidade social, na qual irá correlacionar com a organização e com a sociedade deve-se observar se as informações demonstradas são verdadeiras, a fim de não criarem interpretações errôneas que possam prejudicar a organização em suas tomadas de decisões.

Apesar da falta de um modelo padrão para a publicação do Balanço Social, as informações devem ser demonstradas claramente devendo refletir a realidade que a organização se encontra.

2.9 Legislação aplicada ao Balanço Social

A realização do Balanço Social no Brasil é incentivada por alguns projetos de lei no âmbito federal, estadual e municipal, proposto pelas deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling. O Projeto de Lei (PL) nº. 3116/97, tornaria obrigatório o Balanço Social para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com mais de 100 empregados, esse Projeto de Lei encontra-se atualmente arquivado.

A contabilidade preocupada com a falta de um modelo de demonstrativo social e ambiental criou uma Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15, instituída pela Resolução CFC 1.003/2004 com objetivo de demonstrar a sociedade a participação e responsabilidade social da entidade. Esta resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2006.

No Brasil, não há obrigatoriedade em publicar esse tipo de relatório, deve ser uma prática voluntária das empresas, feita de forma complementar as informações contábeis. O documento deve expressar as ações de compromisso social e ambiental das organizações. Essas ações que refletem a preocupação com o social definem-se com significativa importância com o surgimento do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE.

Para Tinoco (2001), Herbert de Sousa, o Betinho, fundador do Instituto de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em artigo publicado na folha de São Paulo em vinte e seis de março de mil e novecentos e noventa e sete (26-03-97), faz uso da expressão empresa pública e cidadã onde aborda questões de natureza pública, empresarial, comunitária e social, para chamar atenção da sociedade quanto à necessidade de complementar o Balanço Social no Brasil.

Também coloca que as empresas públicas e privadas, querendo ou não, são agentes sociais no processo de desenvolvimento como um todo. Betinho, a partir de 1996, envolveu-se totalmente e impulsionou o debate da discussão referente à cidadania pública e empresarial, e lançou campanha convocando alguns empresários e a sociedade em geral na participação na promoção de melhorias nas condições de vida da população e na superação da pobreza.

Para o IBASE, democracia é cidadania ativa e participativa, com as pessoas trabalhando para a construção da sociedade civil, a economia e o poder de crescimento geral. A atuação do IBASE é bastante ampla.

Alguns projetos prioritários são: o processo Fórum Social Mundial, Alternativas democráticas à globalização, Segurança alimentar, Monitoramento de políticas públicas, Democratização das cidades, Economia solidária e Responsabilidade social e ética nas organizações.

Suas ações estão direcionadas para: movimentos sociais populares; organizações comunitárias; lideranças, grupos e entidades de cidadania ativa; formadores (as) de opiniões dos meios de comunicação em massa; escolas, estudantes e professores da rede pública de ensino fundamental e médio; parlamentares e assessores; gestores de políticas públicas, entre outros.

O IBASE possui estratégias de intervenção a seguir relacionadas: estimular o surgimento e o fortalecimento de atores com capacidade de intervir de forma qualificada no

processo de constituição de uma sociedade democrática; valorizar conhecimentos, análises e experiências que brotam da prática efetiva da cidadania, dos movimentos sociais, de grupos populares e dos setores democráticos da sociedade civil; questionar práticas e valores da sociedade que limitam a democracia, estimulando a participação cidadã; monitorar e avaliar as políticas públicas e práticas empresariais, com autonomia e independência; buscar articulações e construir parcerias com aliados estratégicos.

Tem como principal objetivo, construir a democracia, combatendo as desigualdades e estimulando a participação cidadã, dentre outros propostos. Pode-se citar: dar visibilidade às demandas e propostas de setores em situação de pobreza e exclusão social – particularmente mulheres e afrodescendentes – no debate e na agenda política e consolidar sujeitos coletivos e a esfera pública; desenvolver ações que permitam incidir em políticas públicas para priorizar a igualdade e o desenvolvimento humano democrático e sustentável; lutar pela erradicação da pobreza e combater desigualdades no acesso a bens e recursos, defender, valorizar e fortalecer a participação cidadã de grupos sociais e comunidades em situação de pobreza e excluídos dos processos decisórios, exigir transparência de representantes eleitos, gestores quanto ao uso de recursos públicos, cobrar ética, responsabilidade social e cidadã de todas as organizações da sociedade.

O IBASE juntamente com o sociólogo, Herbert de Souza (1935-1997) e diversos representantes de empresas públicas e privadas idealizaram e implantaram um modelo de Balanço Social único e simples, adequado à realidade brasileira para garantir o desenvolvimento do maior número de entidades. Esse modelo de Balanço Social desenvolvido pelo IBASE teve a parceria de técnicos, pesquisadores e diversos representantes de instituições públicas e privadas.

Foi concebido e concluído com inúmeras reuniões e debates. Possui vantagens de estimular todas as empresas a divulgarem seu Balanço Social independente da atividade e tamanho. O modelo facilita e avalia o social da empresa por vários anos, tornando-se difícil comparar informações sem seguir um padrão mínimo. A fim de aprimorar esse tipo de demonstrativo, é necessário que os dados possam ser expressos em valores financeiros ou de forma quantitativa.

O IBASE desenvolveu indicadores que auxiliam as análises comparativas da própria empresa por anos, entre outras empresas do mesmo setor. No modelo sugerido pelo IBASE, a sociedade e o mercado são os grandes auditores do processo e dos resultados alcançados.

Criado em 1998, o Selo IBASE estipula que o recebimento desse selo, significa que a empresa faz a publicação do seu Balanço Social dentro dos critérios estabelecidos pelo IBASE e que ela se compromete em divulgá-lo em jornal ou revista de grande circulação.

Empresas de armas, bebidas alcoólicas e cigarros não recebem o Selo IBASE mesmo preenchendo os requisitos. Também é proibida a utilização da mão de obra escrava e/ou infantil, por isso, é exigida uma carta compromisso assinada pela direção ou presidência, o IBASE suspende o uso do Selo Balanço Social se a empresa tiver alguma irregularidade.

2.10 Estrutura do Balanço Social

Em regra, o Balanço Social, segue as demais demonstrações contábeis existentes, isto é, são publicados anualmente os seus dados com base ao exercício anterior a sua publicação.

Há duas formas de preenchimento de Balanço Social sugerido pelo IBASE, sendo uma aplicada exclusivamente em cooperativas e outra para uso nas demais entidades.

No modelo do Balanço Social apresentado pelo IBASE, é subdividido em apresentação, indicadores do corpo funcional, indicadores de organização e gestão, indicadores econômicos, indicadores sociais internos e externos e outras informações relevantes. Na apresentação, são considerados os dados cadastrais da empresa que irá apresentar o Balanço Social, tais como, nome da empresa e o CNPJ. Também deve ser preenchido o tempo de existência e deve ser expresso em anos, considerando desde a fundação da cooperativa até o dia 31 de dezembro do exercício a que se refere o Balanço Social.

Para garantir a uniformidade das informações, a responsabilidade do Balanço Social cabe à área de contabilidade, assim no campo “responsável pelo preenchimento” deve contar o nome do contador que assina em conjunto com a diretoria da cooperativa. Também deve ser preenchido qual o ramo de atividade que a cooperativa se enquadra, por exemplo, agropecuário, consumo, de crédito, educacional; o campo de atuação da cooperativa como local, regional, nacional, urbana ou rural etc.

Indicadores de organização e gestão referem-se às informações relativas aos aspectos das principais políticas sociais internas adotadas na cooperativa, bem como às orientações sobre os processos decisórios e como se compõe a estrutura de gestão.

No Brasil as empresas costumam adotar três modelos de Balanço Social propostos pelo: Instituto ETHOS, IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), GRI (Global Reporting Initiative ou, no português Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios).

Por questões estratégicas e otimização na transparência na divulgação, algumas organizações preferem criar um modelo próprio ou adaptar um modelo já estruturado por um destes institutos.

Instituto ETHOS objetivando apresentar um Balanço Social digno de credibilidade e revelador da política de gestão empresarial voltada para compromisso com a responsabilidade social, propõe uma planilha, que é uma adaptação de modelo do IBASE, como Balanço Social.

Em resumo, o Balanço Social deve conter: Declaração de princípios - Metas alcançadas e metas propostas - Desafios futuros já identificados -Descrição geral da forma como a empresa se prepara para enfrentar desafios.

Por ser muito complexo e ter inúmeras informações adicionais, foram citados apenas alguns pontos importantes para elaboração deste trabalho que terá seu foco na proposta de elaboração do Balanço Social nos Projetos Sociais da Cooperativa pesquisada.

3. METODOLOGIA

Este trabalho tem caráter descritivo, utilizando-se pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa. Segundo Silva (2003, p. 32) bibliografia constitui-se um “ramo auxiliar da ciência, pois permite encontrar as fontes, os livros, os materiais científicos necessários para a concretização do trabalho científico reconhecido”. Assim realizou-se uma revisão de literatura em livros adequados aos procedimentos e objetivos propostos, além de um entendimento aprofundado sobre os aspectos gerais do Balanço Social e das cooperativas.

Nas cooperativas de crédito não há cliente ou acionistas. Elas são formadas de pessoas e para as pessoas onde, todas são donas do seu negócio e, ao invés de acumular lucro para um pequeno grupo, as cooperativas atuam em prol de todos estimulando o empreendedorismo e ensinando o associado a investir e a poupar de forma consciente.

Se uma grande pedra se atravessa no caminho e 20 pessoas querem passar, não o conseguirão se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as 20 pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo, sob a orientação de uma delas, conseguirão solidariamente afastar a pedra e abrir o caminho para todos”. A frase de Theodor Amstad – fundador da primeira cooperativa de crédito do Brasil – traduz de forma inequívoca, dois dos valores centrais do cooperativismo: a solidariedade entre as pessoas e a responsabilidade que cada indivíduo deve ter com a comunidade. (Sistema OCB, 2023).

De praxe, as Cooperativas de Crédito são criadas com um único objetivo: prestar serviços financeiros. Isto faz a diferença no dia a dia do negócio. Não se tenta comercializar produtos a todo custo dentro de uma Cooperativa de crédito, o que se busca é ouvir o associado / cooperado, para assim oferecer soluções adequadas para o perfil de cada indivíduo de acordo com as suas necessidades.

Em 2021 no Brasil, conforme anuário das cooperativas, no ramo do crédito eram “763 Cooperativas de Crédito, 13.956.975 (Treze milhões, novecentos e cinquenta e seis e novecentos e setenta e cinco) cooperados e ou/ associados e 89.381 (Oitenta e nove mil, trezentos e oitenta e um) empregados”. (ANUARIOCOOP, 2023).

Apresentado a seguir, a missão, a visão e valores de uma Cooperativa de Crédito em ascensão e presença no âmbito nacional, sendo preservado o seu nome pois, não se tem autorização para utilização dos seus dados.

a) Missão: Como sistema cooperativo, valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

b) Visão: Ser reconhecida pela sociedade como instituição financeira cooperativa, comprometida com o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades, com crescimento sustentável das cooperativas integradas em um sistema sólido e eficaz.

c) Valores: Preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio; Respeito à individualidade do associado; Valorização e desenvolvimento das pessoas; Preservação da instituição como sistema; Respeito às normas oficiais e internas e Eficácia e transparência.

Após a busca de dados referente a parte social da cooperativa singular, notou-se que não há registros isolados, apenas as demonstrações da Cooperativa das Confederações. Esta informação gerou o entendimento, juntamente com a pesquisa bibliográfica, que não há este balanço o desta forma temos a origem da proposta de elaboração do Balanço Social.

4. PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

Para o atendimento dos objetivos propostos no presente trabalho, foi montada a proposta de elaboração do balanço social da Cooperativa de Crédito.

Considerando as organizações das cooperativas, entende-se que a demonstração dos impactos sociais bem como o valor investido nestes, devem estar apresentados em relatórios feitos pelas cooperativas singulares, ou seja, cada cooperativa ter a divulgação do Balanço Social individualizado.

4.1 Proposta de elaboração do Balanço Social

Dentre inúmeras ações realizadas pela Cooperativa Singular, a proposta é que o relatório apresentado seja da cooperativa singular, na qual o associado tem a sua conta corrente/ associação. Através da publicação, a instituição terá a oportunidade de demonstrar em números o que o está investindo na sociedade, pois ela não tem conhecimento total dos projetos sociais idealizados pela cooperativa, tendo em vista relevante importância desta para a nossa região.

Neste sentido, foi proposta a divulgação desses recursos aplicados através deste trabalho apresentando um modelo de balanço social como orientação de implantação, conforme segue abaixo.

Figura 1 – Balanço Social

| 1) Base de Cálculo | 2021 Valor (Mil Reais) | | | 2022 Valor (Mil Reais) | | |
|---|---------------------------|------------|-----------|---------------------------|------------|-----------|
| | | | | | | |
| Receita Líquida (RL) | | | | | | |
| Resultado Operacional (RO) | | | | | | |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | | | | | | |
| 2) Indicadores Sociais Internos | Valor (R\$) | %Sobre FPB | %Sobre RL | Valor (R\$) | %Sobre FPB | %Sobre RL |
| Alimentação | | | | | | |
| Encargos sociais compulsórios | | | | | | |
| Previdência privada | | | | | | |
| Saúde | | | | | | |
| Segurança e medicina no trabalho | | | | | | |
| Educação | | | | | | |
| Cultura | | | | | | |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | | | | | | |
| Creches ou auxílio-creche | | | | | | |
| Participação nos lucros ou resultados | | | | | | |
| Outros | | | | | | |
| Total - Indicadores Sociais Internos | | | | | | |

| 3) Indicadores Sociais Externos | Valor (R\$) | %Sobre RO | %Sobre RL | Valor (R\$) | %Sobre RO | %Sobre RL |
|---|--------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| Educação | | | | | | |
| Cultura | | | | | | |
| Saúde e saneamento | | | | | | |
| Habitação | | | | | | |
| Esporte | | | | | | |
| Lazer e diversão | | | | | | |
| Creches | | | | | | |
| Alimentação | | | | | | |
| Outros | | | | | | |
| Total das Contribuições para a Sociedade | | | | | | |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | | | | | | |
| Total - Indicadores Sociais Externos | | | | | | |
| 4) Indicadores Ambientais | | | | | | |
| Relacionados com a operação da empresa | | | | | | |
| Em Programas e/ou projetos externos | | | | | | |
| Total dos Investimentos em Meio Ambiente | | | | | | |
| 5) Indicadores do Corpo Funcional | | | | | | |
| Nº de empregados ao final do período | | | | | | |
| Nº de admissões durante o período | | | | | | |
| Nº de empregados terceirizados | | | | | | |
| Nº de empregados acima de 45 anos | | | | | | |
| Nº de mulheres que trabalha na empresa | | | | | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | | | | | | |
| Nº de negros que trabalha na empresa | | | | | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros | | | | | | |
| Nº de empregados portadores de deficiência | | | | | | |
| 6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial | | | | | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | | | | | | |
| Número total de acidentes de trabalho | | | | | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos: | () pela direção | () direção e gerências | () todos os empregados | () pela direção | () direção e gerências | () todos os empregados |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos: | () pela direção | () direção e gerências | () todos os empregados | () pela direção | () direção e gerências | () todos os empregados |
| A previdência privada contempla: | () direção | () direção e gerências | () todos os empregados | () direção | () direção e gerências | () todos os empregados |
| A participação nos lucros ou resultados contempla: | () direção | () direção e gerências | () todos os empregados | () direção | () direção e gerências | () todos os empregados |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | () não são considerados | () são sugeridos | () são exigidos | () não são considerados | () são sugeridos | () são exigidos |
| Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa: | () não se envolve | () apóia | () organiza e incentiva | () não se envolve | () apóia | () organiza e incentiva |
| 7) Outras Informações | | | | | | |
| | | | | | | |

Diante da estrutura de modelo apresentado, nota-se que para elaboração do relatório, são necessárias as informações de dois exercícios anuais com os seguintes dados:

1 – Base de Cálculo - deve constar três informações financeiras: receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta;

2 – Indicadores sociais internos – deve conter todos os investimentos internos obrigatórios e voluntários que a instituição realiza para seus funcionários;

3 – Indicadores sociais externos – deve apresentar os investimentos voluntários realizados na comunidade / sociedade em geral.

4 – Indicadores ambientais – deve constar investimentos da empresa para minimizar os seus impactos ambientais e melhorar a qualidade de seu processo produtivo com tecnologias inovadoras e programas internos de educação ambiental.

5 – Indicadores do corpo funcional – deve conter informações que identifique o relacionamento com seu público interno e seus funcionários

6 – Informações relevantes – deve apresentar ações relacionadas aos públicos que interagem com a instituição dando ênfase no seu público interno. São indicadores qualitativos que demonstram a participação de seus colaboradores e a distribuição de seus benefícios.

7 – Outras informações – este indicador é utilizado para informações adicionais da empresa em relação a suas ações sociais.

Ao adotar o demonstrativo anual das ações sociais, a Cooperativa agregará valor ao negócio, gerando transparências nas atividades realizadas em prol da comunidade além dos dados econômicos, estes fazem parte das demonstrações anuais em assembleias.

A atitude da empresa em relação à ética e à responsabilidade social é encarada, cada vez mais, como evidência de sua capacidade de enfrentar desafios. Ela demonstra o quanto a companhia está disposta a investir para conquistar mercados mais exigentes, financiadores criteriosos e profissionais disputados. (ETHOS, 2023.)

Quando se propõe estabelecer diretrizes para o Balanço Social, a Cooperativa pode elaborar o seu próprio relatório, visto que não há uma exigência por parte da legislação. O modelo da proposta, é um demonstrativo do modelo IBASE que em sua estrutura apresenta vários parâmetros que poderão ser adotados. Como o modelo Cooperativista seguem 02 frentes, o econômico e o social, a Cooperativa poderá tomar por base os projetos sociais realizados na comunidade em que está inserida ou no seu campo de atuação completo.

Esta proposta irá incrementar a valorização ainda mais ao cooperativismo, que por sua essência já é praticado, porém, com algumas brechas que podem ser incrementadas com a implantação do Balanço Social.

5. CONCLUSÃO

Atualmente há uma renovação na cultura das empresas, que passam a se preocupar, cada vez mais, com a cidadania que está se transformando em agente de renovação dentro das empresas e da cultura dos empresários, dentre elas das cooperativas.

Quando elaborado anualmente ou periodicamente, o balanço social pode tornar um importante instrumento de avaliação e planejamento interno da instituição. Por se utilizar dois exercícios, as informações e os indicadores propostos podem ser medidos e comparados ano a ano, dando oportunidade para que sejam implementadas ao longo dos anos.

Com o desenvolvimento da sociedade espera-se que, independentemente da obrigatoriedade dessa demonstração, a população possa exercer a sua cidadania, conscientizando-se dos seus direitos e exigindo que as empresas se responsabilizem pelos seus atos e ações.

Através deste trabalho, mostrou-se a importância da responsabilidade social dentro das organizações e como demonstrá-la com a implantação do balanço social e para empresário contábil, este é de fundamental importância, além de ser um desafio novo, também traz a oportunidade compreender não só apenas os números econômicos e financeiros, mas que pode dar uma grande contribuição na área social em seus serviços prestados.

Este demonstrativo do balanço social não existe apenas para mostrar as boas ações da cooperativa, mas também informar as dificuldades que a cooperativa tem em identificar e aplicar os seus recursos em obras sociais úteis à comunidade a qual está inserida e deseja atingir sua função econômica social.

Ao concluir, estima-se da importância da implantação do balanço social para a cooperativa pois, é de uma amplitude inegável para a comunidade em que está inserida, não sendo apenas mais um demonstrativo contábil, mas sim uma poderosa ferramenta de gestão, capaz de balizar e autorizar ações decisórias, que apresentará claramente o caminho a ser seguido com segurança.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. **Fundos ESG**, 2023. Disponível em: <https://www.anbima.com.br>. Acesso em: 28 mai. 2023.

BACEN. **O que é uma Cooperativa de Crédito**, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BEZERRA, Gustavo. 2022, 1 de setembro. **ESG no cooperativismo**, 2023. Disponível em: <https://coonecta.me>. Acesso em 28 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <https://www.portaltributario.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL PL, **Projeto de Lei nº 3116/97**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DUARTE, Gleuso Damasceno. **Responsabilidade social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro: Lê, 1986.

ETHOS, Instituto. **Empresas e reponsabilidade social**. Disponível em: <https://www.ethos.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GONÇALVES, Eugênio Celso. **Contabilidade Geral**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IBASE, **Balanco social**. Disponível em: <https://ibase.br>. Acesso em: 28 mai. 2023.

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade social empresarial**. Editora Vozes LTDA, 2006.

KROETZ, C.E.S. **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional: A teoria e a prática de inovar**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

OCB, Sistema. **Valores Humanos, 2023**. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br>. Acesso em: 28 mai. 2023.

ROSSETTI, Jose Paschoal. **Contabilidade social**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1992.

SILVA, A. C. R. **Metodologia aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003.

TESCH, Walter. **Dicionário básico do cooperativismo**. Brasília: SESCOOP, 2000.

TINOCO, J. E. P. Kraemer, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2001.

YOUNG, H.B. **Sociedades cooperativas: resumo prático**. 3. ed. Curitiba: Atual, 2004.